

3 de agosto de 2022

Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020

A riqueza das famílias em 2020

- De acordo com o Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020, entre 2017 e 2020 a riqueza líquida média por família aumentou 19,9% em termos reais e a riqueza líquida mediana aumentou 31,3%, para 200,4 mil euros e 101,2 mil euros, respetivamente.
- A evolução do rácio entre o percentil 90 e o percentil 10 da riqueza líquida, do índice de Gini e da percentagem de riqueza na posse das famílias com maior riqueza líquida apontam para uma ligeira redução da desigualdade entre 2017 e 2020.
- As famílias portuguesas têm uma clara preferência por ser proprietárias da sua residência: apenas 2,0% das famílias que vivem em casa própria preferiam ter arrendado e 63,5% das famílias que arrendam a casa onde habitam preferiam ter comprado.
- Os rácios de endividamento reduziram-se entre 2017 e 2020.

O Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) é um inquérito representativo das famílias residentes em Portugal. Neste Destaque apresentam-se os principais resultados (sobre a distribuição da riqueza líquida das famílias) desta operação estatística, que se realizou entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. A realização do ISFF em plena crise pandémica levou a alterações metodológicas que podem ter implicações nos resultados, os quais devem ser lidos com as devidas reservas.

A riqueza líquida das famílias aumentou entre 2017 e 2020

Em 2020, a economia portuguesa sofreu um choque devido ao surgimento da pandemia COVID-19. Impedidas de se deslocarem, muitas famílias pararam de trabalhar, ou trabalharam a partir de casa, e alteraram as suas decisões de consumo e de poupança. Por sua vez, a resposta em termos de política económica foi mais célere e de maior magnitude e abrangência do que em crises anteriores. Neste contexto, de acordo com o Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020 (ISFF 2020), 69,2% das famílias em Portugal consideraram que a sua situação financeira era semelhante à anterior à pandemia, 27,8% consideraram que piorou e 3,0% consideraram que melhorou (ver Destaque “Qual o impacto da pandemia na situação financeira das famílias?” de 15 de dezembro de 2021).

A riqueza líquida de uma família corresponde à diferença entre o valor dos seus ativos e das suas dívidas. Em relação a 2017, ano em que se realizou a edição anterior do ISFF, a riqueza líquida média por família aumentou 19,9% em termos reais, para 200,4 mil euros (a riqueza mediana aumentou 31,3%, para 101,2 mil euros) (Quadro 1). Os ativos reais e os ativos financeiros contribuíram para esta evolução, que é consistente com o aumento dos preços no mercado imobiliário e o aumento dos depósitos das famílias neste período, especialmente acentuados desde a pandemia. O valor médio da dívida, considerando as famílias com e sem dívida, manteve-se em cerca de 25,1 mil euros, e o valor mediano permaneceu nulo, uma vez que a percentagem de famílias sem dívida é superior a 50%.

Quadro 1: Riqueza líquida e principais componentes (10³ euros)

Riqueza líquida	2010 ^(a)	2013 ^(a)	2017 ^(a)	2020
Média ^(b)	178,1 (9,3)	147,7 (8,9)	167,2 (7,4)	200,4 (8,1)
Ativos reais	187,7	155,5	168,4	189,4
Ativos financeiros	24,6	22,3	23,6	36,1
Dívida	34,1	30,1	24,8	25,1
Mediana ^(b)	88,8 (3,4)	70,1 (2,6)	77,1 (2,3)	101,2 (2,8)
Ativos reais	108,6	90,5	92,6	107,9
Ativos financeiros	4,6	4,6	4,1	6,1
Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2010, 2013, 2017 e 2020.

Notas:

(a) Os valores do ISFF de 2010, 2013 e 2017 estão ajustados pela inflação de modo a refletirem a evolução em termos reais.

(b) Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão.

A assimetria da distribuição da riqueza reduziu-se ligeiramente

Em 2020, as famílias pertencentes ao conjunto das 10% com maior riqueza líquida (percentil 90) detinham 51,2% da riqueza líquida total (53,9% em 2017). O rácio entre o percentil 90 e o percentil 10 (P90/P10) da riqueza líquida reduziu-se em relação a 2017. A evolução do índice de Gini e a da percentagem de riqueza na posse das famílias com maior riqueza líquida apontam também para uma ligeira redução da desigualdade entre 2017 e 2020.

Quadro 2: Distribuição da riqueza líquida

	2010	2013	2017	2020
Índice de Gini da riqueza líquida (%) ^(a)	66,0	68,4	67,9	65,7
Percentagem da riqueza líquida total que é detida por:				
10% de famílias com maior riqueza líquida	51,6	53,0	53,9	51,2
50% de famílias com menor riqueza líquida	8,7	7,2	8,1	8,7
40% de famílias entre o percentil 50 e o percentil 90	39,7	39,8	38,0	40,0
Rácios de percentis ^(b)				
P75/P25	7,7	9,8	7,7	6,8
P90/P10	197,9	701,9	365,3	299,0
P90/P50	3,9	4,2	4,3	4,1

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2010, 2013, 2017 e 2020.

Notas:

(a) O índice de Gini mede a concentração da distribuição de uma determinada variável, variando entre zero, no caso de concentração mínima (por exemplo, quando todas as famílias têm a mesma riqueza líquida) e 100, no caso de concentração máxima (por exemplo, quando toda a riqueza líquida está na posse de uma família).

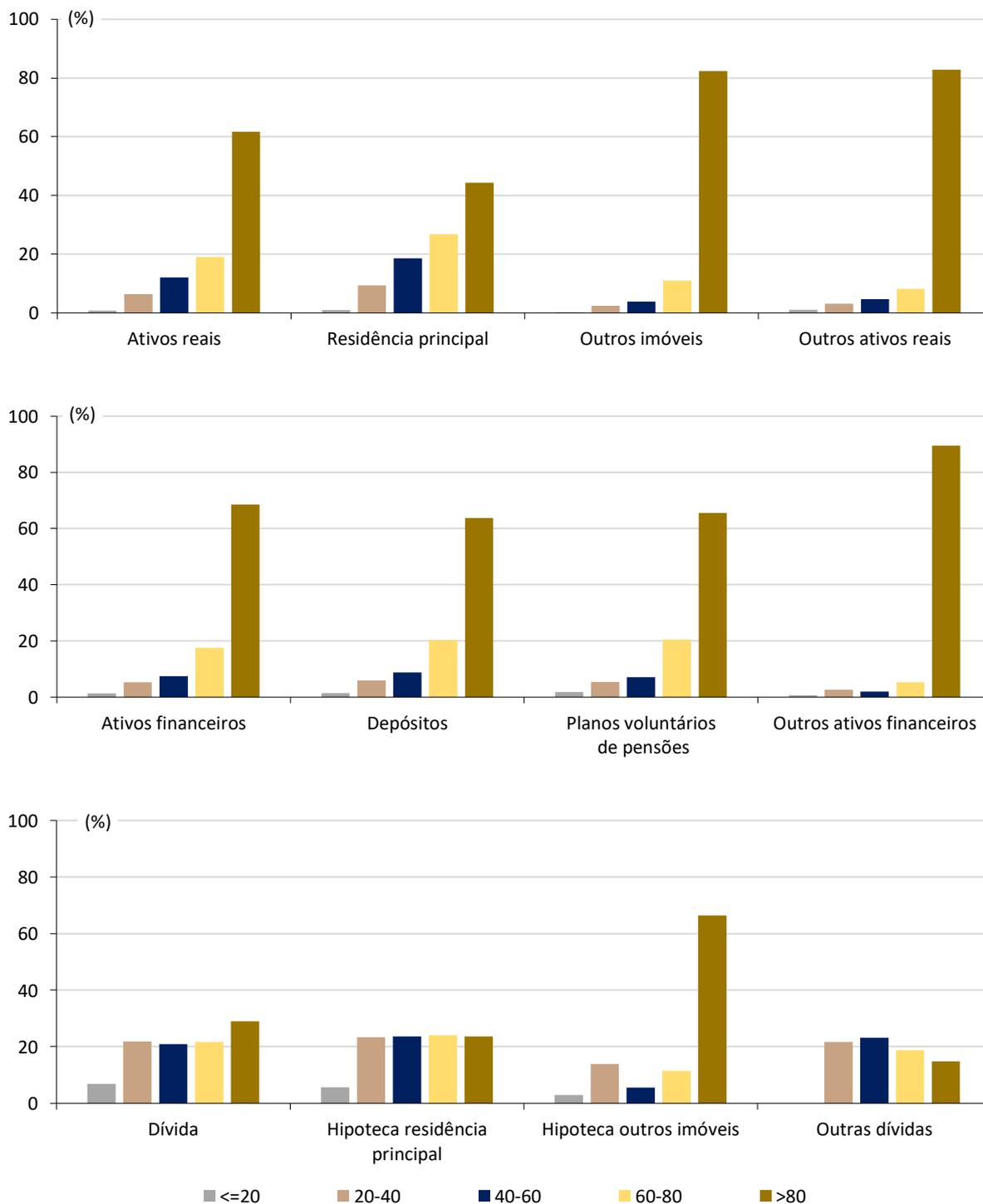
(b) Os percentis de uma variável correspondem aos valores dessa variável que dividem as famílias, ordenadas por ordem crescente da variável, em 100 grupos de igual dimensão. Assim, por exemplo, existem 10% de famílias com um nível de riqueza inferior ao P10 da riqueza líquida.

Tanto os ativos reais como os financeiros distribuem-se de forma muito assimétrica

Nos ativos reais, a assimetria é menos acentuada no caso da residência principal do que no caso dos outros imóveis e restantes ativos reais (em que se destacam, em termos de importância, os negócios por conta própria) (Figura 1). As famílias da classe de riqueza mais elevada são proprietárias de 82,4% do valor total dos outros imóveis (que não a residência principal) e restantes ativos reais, e de 44,3% do valor das residências principais.

As dívidas distribuem-se pelas famílias das diferentes classes de riqueza líquida de uma forma menos assimétrica do que os ativos, exceto no caso das hipotecas de outros imóveis que não a residência principal. Nas hipotecas da residência principal, com exceção da classe de riqueza mais baixa, que detém menos de 6% do valor da dívida, as restantes classes repartem o valor em proporções semelhantes, de cerca de 24%.

Figura 1: Distribuição dos ativos reais, ativos financeiros e dívida por classes de riqueza líquida (percentis)



Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

As famílias preferem habitar numa casa própria em vez de arrendar

A residência principal é o ativo mais importante da riqueza real das famílias em todas as classes de riqueza líquida, exceto na mais elevada (Quadro 3). Nesta classe, os ativos reais são mais diversificados e a residência principal, os outros imóveis e os negócios por conta própria representam individualmente cerca de um terço do património. Mesmo na classe de menor riqueza líquida, em que a percentagem de proprietários da residência é relativamente baixa, 8,3% (Quadro 4 A), a residência principal é dominante no valor do património do conjunto deste grupo.

Quadro 3: Distribuição do valor dos ativos reais, por tipo de ativo real

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de ativo real					Total	Proporção de ativos reais no total de ativos
	Residência principal	Outros bens imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Jóias, obras de arte e outros objetos de valor		
				(%)			
Total	54,8	22,5	17,4	4,7	0,7	100,0	87,4
Classes da riqueza líquida (em percentis)							
≤ 20	63,0	x	x	26,8	2,1	100,0	78,2
20 a 40	78,7	9,8	1,0	10,1	0,4	100,0	86,8
40 a 60	83,8	7,2	2,4	6,4	0,2	100,0	90,5
60 a 80	77,6	12,7	3,3	6,1	0,3	100,0	87,9
80 a 90	65,4	20,7	8,4	4,8	0,7	100,0	88,2
90 a 100	31,0	33,0	32,5	2,6	0,9	100,0	86,4

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota: x - Dado não disponível.

A percentagem de proprietários da residência principal é superior a 90% nas quatro classes de maior riqueza líquida.

Para o conjunto de todos os agregados, o valor mediano da residência é de cerca de 120,0 mil euros (Quadro 4 B). Em todas as classes, exceto na de maior riqueza, o valor mediano da residência é bastante mais elevado do que o dos outros ativos reais. Na classe de maior riqueza o valor mediano da residência principal, dos outros imóveis e dos negócios por conta própria são semelhantes (cerca de 250 mil euros).

Quadro 4: Proporção de proprietários e mediana do valor dos ativos reais, por tipo de ativo real

A – Proporção de proprietários

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de ativo real					
	Residência principal	Outros bens imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Jóias, obras de arte e outros objetos de valor	Qualquer ativo real
	(%)					
Total	70,0	29,4	14,5	78,6	10,8	90,5
Classes da riqueza líquida (em percentis)						
≤ 20	8,3	x	x	52,1	6,3	57,8
20 a 40	66,6	19,9	6,0	77,6	6,8	95,5
40 a 60	91,6	22,9	12,0	83,2	8,2	99,8
60 a 80	90,6	36,4	14,9	89,0	8,3	99,4
80 a 90	93,5	53,7	25,7	89,4	19,5	100,0
90 a 100	92,5	76,6	47,8	92,8	29,3	100,0

B – Mediana do valor dos ativos para os agregados proprietários

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de ativo real					
	Residência principal	Outros bens imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Jóias, obras de arte e outros objetos de valor	Todos os ativos reais
	(10 ³ euros)					
Total	120,0	69,6	28,7	7,0	3,0	121,4
Classes da riqueza líquida (em percentis)						
≤ 20	64,3	x	x	2,0	1,6	3,5
20 a 40	66,0	17,4	8,4	4,9	1,8	57,0
40 a 60	100,0	23,2	7,5	5,5	1,1	106,0
60 a 80	150,0	50,5	18,0	9,6	3,0	178,6
80 a 90	200,0	99,4	92,8	10,9	3,7	292,1
90 a 100	250,0	248,0	257,2	19,2	9,8	578,0

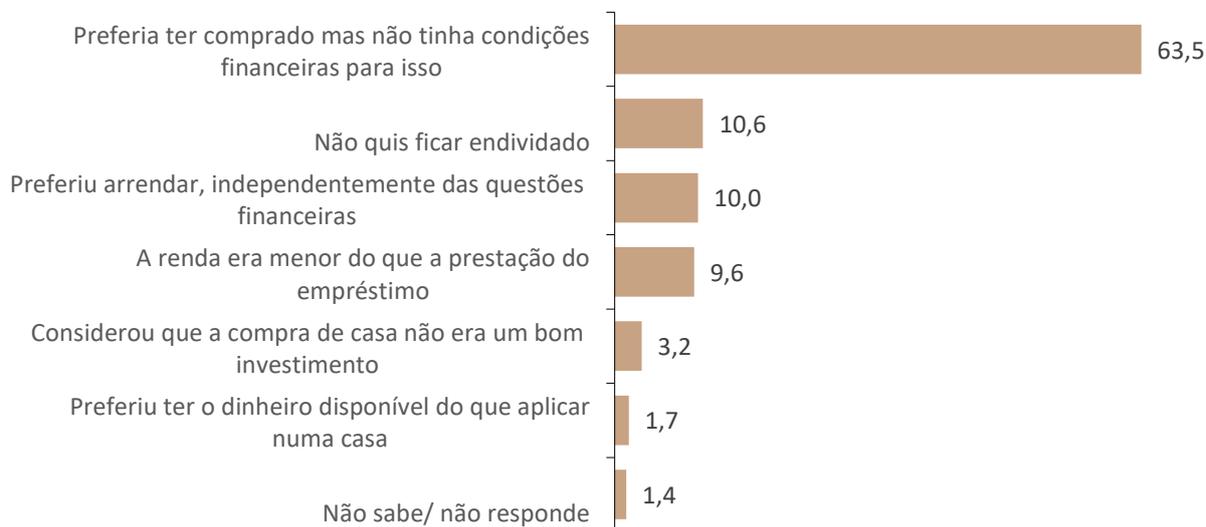
Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota: x - Dado não disponível.

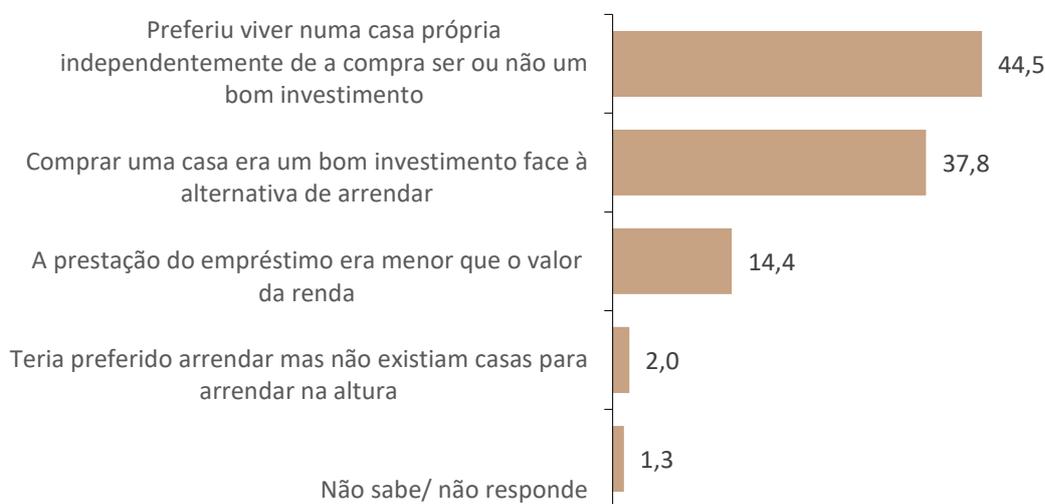
As famílias portuguesas têm uma clara preferência por ser proprietárias da sua residência (Figura 2). Das famílias que vivem em casa própria (70,0% das famílias), apenas 2,0% preferiam ter arrendado. Das famílias que vivem numa casa arrendada, 63,5% preferiam ter comprado e não o fizeram por não terem condições financeiras.

Figura 2: Famílias arrendatárias ou proprietárias da residência principal, por motivo para terem decidido arrendar ou habitar em casa própria (%)

A – Famílias arrendatárias



B – Famílias proprietárias



Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota:

Estes dados referem-se às famílias proprietárias que compraram ou construíram a residência principal, pelo que excluem as famílias que herdaram ou receberam como doação essa residência.

O património financeiro da classe de riqueza mais elevada é bastante mais diversificado do que o das restantes classes

O valor dos depósitos domina a composição do património financeiro em todas as classes de riqueza líquida, com um peso de cerca de 80% ou mais nos ativos financeiros de todas as classes, exceto na de riqueza mais elevada em que o peso é de 57,5% (Quadro 5). O património financeiro da classe de riqueza mais elevada é bastante mais diversificado do que o das restantes classes de riqueza. Destaca-se o peso que tem nesta classe o valor dos ativos transacionáveis (ações cotadas, obrigações e fundos de investimento) e dos outros ativos financeiros. Os planos voluntários de pensões têm um peso semelhante em todas as classes de riqueza, entre 7% e 10%.

Na maior parte dos diferentes tipos de ativos financeiros, a participação e os valores medianos são crescentes com a riqueza líquida (Quadros 6 A e 6 B). Os depósitos a prazo, que constituem o ativo com o maior peso no património financeiro das famílias, são detidos por 46,9% das famílias e têm um valor mediano de 12,6 mil euros.

Quadro 5: Distribuição do valor dos ativos financeiros, por tipo de ativo financeiro

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de ativo financeiro					Total
	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transacionáveis	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros	
	(%)					
Total	28,8	41,2	10,2	8,6	11,2	100,0
Classes da riqueza líquida (em percentis)						
≤ 20	57,2	24,6	x	8,8	x	100,0
20 a 40	42,5	39,7	x	7,5	5,7	100,0
40 a 60	37,9	48,6	2,2	7,3	3,9	100,0
60 a 80	30,2	53,7	2,3	10,1	3,7	100,0
80 a 90	31,1	48,1	5,2	9,6	6,0	100,0
90 a 100	23,4	34,0	16,9	8,2	17,4	100,0

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Notas:

(a) Os outros ativos financeiros incluem as participações em negócios não cotados em que o agregado participe apenas como investidor, os empréstimos privados efetuados pelo agregado, os ativos em contas geridas por bancos ou empresas de investimento, e outros (por exemplo, derivados financeiros ou patentes).

(b) x - Dado não disponível.

Quadro 6: Proporção de proprietários e mediana do valor dos ativos financeiros, por tipo de ativo financeiro

A – Proporção de proprietários

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de ativo financeiro					
	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transacionáveis	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros	Qualquer ativo financeiro
	(%)					
Total	97,8	46,9	7,6	18,7	7,5	98,2
Classes da riqueza líquida (em percentis)						
≤ 20	93,5	17,3	x	7,6	x	94,4
20 a 40	98,1	42,5	x	14,0	4,6	98,3
40 a 60	98,4	48,7	5,6	14,9	4,7	98,7
60 a 80	99,4	57,1	6,7	20,8	9,6	99,4
80 a 90	99,7	68,2	15,2	30,6	10,6	99,8
90 a 100	99,9	69,9	30,4	41,9	18,2	100,0

B – Mediana do valor dos ativos para os agregados proprietários

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de ativo financeiro					
	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transacionáveis	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros	Todos os ativos financeiros
	(10 ³ euros)					
Total	1,6	12,6	5,6	5,0	5,0	6,5
Classes da riqueza líquida (em percentis)						
≤ 20	0,5	2,3	x	2,2	x	0,8
20 a 40	1,0	6,0	x	2,6	9,5	4,1
40 a 60	1,7	10,0	1,8	3,4	2,3	5,5
60 a 80	2,6	19,8	3,6	5,4	3,4	15,6
80 a 90	4,7	24,1	5,6	9,5	7,8	30,4
90 a 100	10,0	53,7	12,0	14,5	31,1	72,7

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota: x - Dado não disponível.

Na classe de riqueza líquida mais baixa, a percentagem de famílias com dívida e o respetivo valor mediano da dívida são mais reduzidos do que nas restantes

Em 2020, 46,6% das famílias residentes em Portugal tinham algum tipo de dívida (Quadro 7). A percentagem de famílias com dívida era próxima de 50% em todas as classes de riqueza, exceto na de riqueza líquida mais baixa, na qual a percentagem era de 31,7%. No conjunto das famílias, o tipo de dívida mais comum são as hipotecas da residência principal (30,5% das famílias). Em todas as classes de riqueza, com exceção da mais baixa, a percentagem de famílias com empréstimos garantidos pela residência é superior a 30%, atingindo a percentagem mais elevada na classe entre o percentil 40 e 60. Na classe de riqueza mais baixa, em que a percentagem de proprietários da residência principal era 8,3%, apenas 5,4% das famílias tinham uma hipoteca da residência principal.

Os empréstimos não garantidos por imóveis são o segundo tipo de dívida mais comum (21,5% das famílias). A percentagem de famílias com este tipo de empréstimos varia entre 25,9% na classe de riqueza mais baixa e 12,3% na classe mais elevada.

O valor mediano da dívida para as famílias com dívida situou-se em 38,5 mil euros (Quadro 7 B). As famílias da classe de riqueza líquida mais baixa tinham um montante mediano de dívida muito mais reduzido do que as restantes, o que reflete, em grande parte, o facto de nesta classe a percentagem de famílias com empréstimos garantidos por imóveis ser muito mais reduzida. Em todas as classes de riqueza os montantes medianos das dívidas garantidas por imóveis são muito mais elevados do que os montantes medianos das restantes dívidas.

Quadro 7: Proporção de famílias com dívida e mediana do valor da dívida, por tipo de dívida

A – Proporção de famílias com dívida

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de dívida				
	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários	Qualquer dívida
	(%)				
Total	30,5	4,6	21,5	10,0	46,6
Classes da riqueza líquida (em percentis)					
≤ 20	5,4	3,5	25,9	9,5	31,7
20 a 40	36,4	1,7	23,8	10,6	49,8
40 a 60	39,5	4,3	23,1	9,2	50,5
60 a 80	37,9	4,7	20,1	9,9	51,6
80 a 90	33,7	17,4	16,6	7,5	48,5
90 a 100	32,4	46,2	12,3	13,7	50,5

B – Mediana do valor da dívida para as famílias com dívida

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de dívida				
	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários	Todas as dívidas
	(10 ³ euros)				
Total	54,6	57,1	6,6	0,7	38,5
Classes da riqueza líquida (em percentis)					
≤ 20	88,1	53,0	5,9	0,7	6,7
20 a 40	54,7	45,5	7,2	0,6	50,4
40 a 60	48,1	39,7	7,4	0,7	38,3
60 a 80	54,5	52,3	6,8	0,6	37,0
80 a 90	50,4	78,8	6,7	0,9	43,6
90 a 100	57,4	57,1	5,8	1,0	59,6

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Os rácios de endividamento reduziram-se entre 2017 e 2020

Os rácios de endividamento, que medem a capacidade das famílias para cumprirem o serviço da dívida no curto prazo e a sua vulnerabilidade financeira, reduziram-se entre 2017 e 2020. No caso do rácio do serviço da dívida sobre o rendimento, que em 2020 se situou em 12,9% (14,4% em 2017), a redução reflete sobretudo a diminuição das taxas de juro para níveis historicamente baixos (Quadro 8). No caso do rácio entre a dívida e os ativos, a redução reflete em grande parte a valorização dos imóveis.

As famílias da classe mais baixa de rendimento estão particularmente vulneráveis ao aumento das taxas de juro, uma vez que apresentam um rácio mediano do serviço da dívida no rendimento de cerca de 50%, muito acima do rácio das restantes classes de rendimento.

Quadro 8: Rácios de endividamento, valores medianos

Caraterísticas dos agregados domésticos privados	Tipo de rácio		
	Rácio entre serviço da dívida e rendimento	Rácio entre dívida e rendimento	Rácio entre dívida e ativos
	(%)		
Total	12,9	130,6	24,9
Classes da riqueza líquida (em percentis)			
≤ 20	11,6	34,7	85,9
20 a 40	16,3	199,4	52,1
40 a 60	14,7	155,8	27,4
60 a 80	11,1	133,0	17,2
80 a 90	11,6	106,2	12,0
90 a 100	11,7	112,5	6,9
Classes do rendimento monetário (em percentis)			
≤ 20	50,6	362,6	23,8
20 a 40	22,0	172,3	28,9
40 a 60	14,8	138,1	29,0
60 a 80	11,6	127,6	28,5
80 a 90	9,1	133,1	25,3
90 a 100	7,4	74,7	15,3

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota técnica

O Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020 (ISFF 2020), realizado entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, integra-se no projeto europeu *Household Finance and Consumption Survey* (HFCS), cujo objetivo é obter dados harmonizados sobre a situação financeira das famílias nos países da área do euro e em outros países europeus.

O projeto teve origem no Eurosistema e é coordenado pelo Banco Central Europeu (BCE) e pela *Household Finance and Consumption Network*, com implementação descentralizada ao nível nacional. No caso de Portugal, a realização do inquérito é da responsabilidade do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE).

O questionário do ISFF permite obter as variáveis definidas no HFCS, sendo, todavia, adaptado à realidade portuguesa.

O ISFF recolhe dados sobre a riqueza das famílias, nomeadamente sobre os ativos reais, os ativos financeiros e as dívidas. A informação recolhida ao nível da família completa-se com questões sobre heranças recebidas, direitos sobre pensões a receber no futuro, rendimento e consumo, bem como sobre alguns aspetos sociodemográficos dos indivíduos (e.g. grupo etário, condição perante o trabalho, nível de escolaridade).

A amostra do ISFF 2020 incluiu uma nova metodologia de reforço de unidades de alojamentos de modo a mitigar, ainda que parcialmente, os problemas resultantes da assimetria na distribuição da riqueza e a maior incidência de não respostas nas famílias com maior riqueza. Para este efeito, o dimensionamento em 2020 teve em conta o reforço de unidades de alojamento com base num conjunto de áreas geográficas de maiores rendimentos, além do relativo aos escalões de área útil dos alojamentos, já utilizado nas edições de 2013 e 2017 (com base no cruzamento de nove subdivisões da NUTS com duas classes de área útil dos alojamentos, e reforço nas classes de área útil superior). As áreas geográficas de maiores rendimentos foram obtidas com base no rendimento global dos agregados fiscais das Notas de Liquidação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares de 2016, e nos dados sobre o preço das habitações em 2017.

O dimensionamento da amostra considera habitualmente um fator de compensação do efeito das não respostas totais. Na impossibilidade de realizar entrevistas presenciais devido ao contexto da pandemia COVID-19, este fator foi substancialmente reforçado ao ter em conta que os modos de recolha via telefone ou via web registam habitualmente taxas de resposta mais baixas que a recolha presencial, bem como o efeito de desatualização dos números de telefone na base de dados.

A amostra foi selecionada a partir de uma base de amostragem extraída e constituída pelos alojamentos de residência principal do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), construído com base nos resultados dos Censos 2011.

Na seleção da amostra considerou-se um esquema de amostragem estratificado e multietápico, em que as unidades primárias (áreas constituídas por uma ou mais células quadradas com 1 km de lado da grelha europeia INSPIRE) foram selecionadas em cada uma das nove subdivisões da NUTS com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos familiares de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1.ª etapa.

A dimensão da amostra do ISFF 2020 foi fixada em 14 814 alojamentos familiares de residência principal. Os dados preliminares do inquérito incluem respostas válidas em 6 107 agregados familiares.

Para o tratamento da não resposta parcial de variáveis do questionário do ISFF utilizou-se um método de imputação múltipla. Este método permite imputar diferentes valores para um mesmo dado em falta, representando assim a incerteza sobre o valor omissivo e não subestimando a variabilidade da variável. Desta forma, preserva as características da distribuição da variável imputada, bem como as relações com outras variáveis.

Os resultados apresentados foram obtidos tendo por base os ponderadores finais dos agregados familiares, que permitem extrapolar as respostas para o conjunto de agregados familiares residentes em Portugal. Não são disponibilizadas estimativas baseadas em menos de 25 observações (células identificadas com x – Dado não disponível).

No cálculo dos ponderadores foi incorporado um fator de correção de não-respostas totais, assim como um processo de calibragem que teve por base: para as variáveis ao nível do indivíduo, as Estimativas da população residente em 31 dezembro de 2020; para as variáveis ao nível dos agregados familiares, foram utilizados os resultados dos Censos 2021 e da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal. As variáveis de margens foram: a distribuição por sexo e grupos etários para os indivíduos em geral (0-15, 16-19, ..., 70-74, 75+), e por nível de escolaridade para os indivíduos com 16+ anos, a nível nacional; a dimensão do agregado familiar (1, 2, 3, 4 ou mais membros), o número de agregados por regime de ocupação e o número agregados por tipologia de áreas urbanas (TIPAU), ao nível nacional, e o número de agregados familiares e o montante total das dívidas de empréstimo à habitação, por NUTS II.

Principais conceitos:

Ativos financeiros: conjunto dos depósitos à ordem, dos depósitos a prazo (onde se incluem os certificados de aforro e os certificados do Tesouro), dos ativos transacionáveis (que incluem as ações cotadas, os fundos de investimento e os títulos de dívida transacionáveis), do valor acumulado dos planos voluntários de pensões e dos outros ativos financeiros. Os outros ativos financeiros incluem as participações em negócios não cotados em que o agregado participe apenas como investidor, os empréstimos privados efetuados pelo agregado, os ativos em contas geridas por bancos ou empresas de investimento, e outros (por exemplo, derivados financeiros ou patentes). Os valores dos ativos financeiros são referenciados ao momento da entrevista.

Ativos reais ou não financeiros: conjunto das propriedades imobiliárias, dos veículos motorizados, das participações em negócios por conta própria e de outros bens valiosos de que a família seja proprietária. As propriedades imobiliárias incluem, para além da residência principal do agregado familiar, também outros imóveis. Os outros ativos de valor incluem por exemplo, joias, antiguidades e obras de arte. Os valores dos ativos reais são referenciados ao momento da entrevista.

Dívida: empréstimos que tenham como garantia imóveis dos quais os agregados são proprietários (a residência principal ou outros), empréstimos não garantidos por imóveis, assim como dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito ou a descobertos bancários, sobre as quais sejam cobrados juros. Os valores das dívidas correspondem aos montantes em dívida no momento da entrevista.

Negócios por conta própria: empresas não cotadas ou atividades por conta própria em que algum membro do agregado tem uma participação e trabalha ou desempenha um papel ativo na respetiva gestão.

Outros imóveis: outros bens imobiliários, para além da residência principal, de que algum membro do agregado é proprietário, tais como moradias, apartamentos, garagens, escritórios, hotéis, outros edifícios comerciais, quintas, terrenos, etc.

Rendimento monetário bruto: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, antes da dedução dos impostos devidos e das contribuições para a Segurança Social. Inclui rendimentos de carácter regular e não regular. O rendimento é referente ao ano de 2019.

Residência principal: alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.

Riqueza líquida: corresponde à diferença entre o valor total da riqueza (ativos reais e ativos financeiros) e o valor total da dívida no momento da entrevista.

Serviço da dívida: soma das prestações de todos os empréstimos (com garantia da residência principal, com garantia de outros imóveis e sem garantia de imóveis) e dos pagamentos regulares associados a contratos de *leasing*.

As classes de rendimento e de riqueza líquida foram estabelecidas de acordo com os percentis da distribuição destas variáveis estimadas para a população. Os percentis dividem a população por ordem crescente dos dados em 100 partes iguais. Na Figura 1 consideraram-se cinco classes de riqueza líquida (quintis), nomeadamente: famílias cuja riqueza líquida é igual ou inferior ao percentil 20; está entre os percentis 20 e 40; entre 40 e 60; entre 60 e 80; e ainda para aquelas em que é superior ao percentil 80. Os quintis de uma variável consistem assim em cinco grupos cada um com 20% das famílias ordenadas pelos valores dessa variável. Por exemplo, o primeiro quintil da riqueza líquida inclui o conjunto de 20% de famílias com os valores mais baixos de riqueza líquida, ou seja, as famílias com um valor de riqueza líquida inferior ao percentil 20. Nos quadros consideraram-se seis grupos de riqueza líquida e de rendimento, os quais correspondem aos primeiros quatro quintis e a uma divisão do último quintil em partes iguais.